



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

O PERFIL E A TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UFFS: expectativas, encantos e desencantos

EL PERFIL Y LA TRAYECTORIA DE LOS ESTUDIANTES INDÍGENAS EN LA
UFFS: expectativas, encantos y desencantos

THE PROFILE AND TRAJECTORY OF INDIGENOUS
STUDENTS AT UFFS: expectations, enchantments and
disenchantments

Lucélia Peron
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
lucelia.peron@uffs.edu.br

Rosenei Cella
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
rosenei.cella@uffs.edu.br

RESUMO: Este texto tem como intenção apresentar o perfil dos estudantes indígenas que estão matriculados e frequentando os cursos de graduação na Universidade Federal da Fronteira - UFFS e as suas percepções a respeito dos processos seletivos de ingresso, da inserção na universidade, das ações de permanência, do seu desempenho acadêmico, além das sugestões que eles propõem para qualificar o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS. Para a produção do texto, utilizou-se como materiais de análise as respostas dadas pelos estudantes indígenas no questionário aplicado a eles para a construção do segundo relatório de avaliação do PIN e os dados existentes no Sistema de Gestão Acadêmica – SGA da UFFS. Observa-se que os estudantes indígenas demonstram uma satisfação muito grande em estarem na universidade, porém enfrentam muitos desafios provenientes tanto de questões culturais quanto de limitações decorrentes da sua condição econômica e social. Contudo, esses estudantes têm superado séculos de exclusão e esquecimento ao buscarem a educação superior. O PIN representa um esforço institucional da UFFS para fortalecer esse grupo social e firmar-se como entidade que possui um papel diferenciado nas regiões em que está inserida, propiciando oportunidades de acesso e permanência no ensino superior desconhecidas antes de sua instalação.

Palavras-chave: Indígenas. Educação superior. Permanência.

RESUMEN: Este texto posee como objetivo presentar el perfil de los estudiantes indígenas que se encuentran matriculados y asistiendo a los cursos de pregrado en la Universidade Federal da Fronteira - UFFS y sus percepciones respecto a los procesos selectivos de ingreso, inserción en la universidad, acciones de permanencia, su desempeño académico, además de las sugerencias que proponen para cualificar el Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS. Para la elaboración del texto se utilizaron como materiales de análisis las respuestas dadas por los estudiantes indígenas en el cuestionario que se les aplicó para la construcción del segundo informe de evaluación del PIN y los datos existentes en el Sistema de Gestão Acadêmica - SGA de la UFFS. Se observa que los estudiantes indígenas muestran una gran satisfacción por estar en la universidad, pero se enfrentan a muchos retos derivados tanto de cuestiones culturales como de limitaciones



derivadas de su condición económica y social. Sin embargo, estos estudiantes han superado siglos de exclusión y olvido al buscar una educación superior. El PIN representa un esfuerzo institucional de la UFFS para fortalecer este grupo social y consolidarse como una entidad que tiene un papel diferenciado en las regiones donde se encuentra, proporcionando oportunidades de acceso y permanencia en la educación superior desconocidas antes de su instalación.

Palabras clave: Indígenas. Educación superior. Permanencia.

ABSTRACT: This text intends to present the profile of indigenous students who are enrolled and attending by the undergraduate courses at the Federal University of Fronteira Sul - UFFS and their perceptions about the selective admission processes, insertion at the university, permanence actions, academic performance, and the suggestions that they propose to qualify the Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas of the UFFS - PIN. For the production of the text, were used as analysis material the answers given by the indigenous students using a questionnaire applied to them, with the purpose of the construction the Second PIN evaluation report and the existing data in the Sistema de Gestão Acadêmica – SGA da UFFS. It is observed that indigenous students show great satisfaction because are studying at the university, but they face many challenges arising both from cultural issues and limitations arising from their economic and social condition. However, these students have overcome centuries of exclusion and neglect when arrived in higher education. The PIN represents an institutional effort by UFFS to strengthen this social group and establish itself as an entity that has a differentiated role in the regions in which it operates, providing opportunities for access and permanence in higher education unknown before its installation.

Keywords: Indigenous. Higher education. Permanency.

Introdução

Ao longo do século XXI, um conjunto de ações desenvolvidas por instituições de educação superior possibilitaram o acesso de indígenas ao ensino superior. Atualmente, conforme dados disponibilizados pelo Censo da Educação Superior (2018), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, cerca de 58.000 indígenas estão matriculados e frequentando a educação superior brasileira. Este quadro merece destaque, pois historicamente o número de indígenas que conseguiam ingressar no ensino superior era pouco expressivo. O aumento no acesso e na permanência deve-se às várias ações implementadas, tais como: as reservas de vagas para indígenas ofertadas por universidades públicas e privadas; a criação do Programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica (Prolind); o Programa Universidade Para Todos (Prouni); a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012); o Programa Bolsa Permanência (PBP), dentre outros.

Todas essas iniciativas foram e são importantes para a democratização do acesso à educação superior, pois as políticas de ações afirmativas são um ponto de partida para se pensar o enfrentamento das desigualdades, da exclusão, das discriminações racial, cultural, econômica e étnica. Contudo, a eficácia dessas políticas depende de ações e estratégias a



serem adotadas e implementadas pelos governos e pelas instituições de ensino, levando em consideração aspectos específicos de suas realidades sociais, culturais e, sobretudo, dos seus processos próprios de educação. Para Baniwa (2019),

A questão do acesso dos povos indígenas à educação superior é apenas o início de um longo e complexo desafio. É necessário que a instituição acadêmica reconheça que está diante de outras formas de conhecimento, igualmente relevantes, que devem merecer respeito e valorização se se pretende estabelecer um diálogo entre saberes e culturas. Se não se considerar a dimensão epistemológica, ontológica e cosmológica dos saberes indígenas, a questão se torna mero problema processual, administrativo e burocrático. O acolhimento dos acadêmicos indígenas deveria considerar não apenas suas urgentes demandas materiais, mas também, e especialmente, suas visões de mundo, suas cosmologias e os desafios subjetivos que esses jovens indígenas experimentam quando adentram instituições universitárias (BANIWA, 2019, p.186).

Frequentar a educação superior é um desejo e uma necessidade dos indígenas. Eles querem garantir a capacidade de gerência de suas comunidades e de seus territórios, das suas demandas de saúde, educação e sustento. Os conhecimentos e técnicas aprendidos na universidade, durante a graduação, poderão ser disseminados e utilizados nas comunidades indígenas, pois esse conjunto de conhecimentos “credencia os estudantes indígenas diante de suas comunidades para que este dê respostas aos problemas e às dificuldades vivenciadas cotidianamente” (AMARAL, 2016, p. 113). Mas não é só isso. Os indígenas também querem dialogar com a universidade e com a sociedade em geral, contribuindo com o desenvolvimento nacional por meio da economia dos territórios indígenas, dos conhecimentos tradicionais, da diversidade cultural, étnica e linguística, que são também patrimônio da sociedade brasileira.

A partir disso, o grande desafio que se apresenta para as instituições de educação é: como possibilitar a circulação e aceitação desses saberes tradicionais que são fundamentados em outras bases ontológicas, filosóficas e epistemológicas? Os indígenas têm o anseio de compartilhar na universidade suas visões de mundo, seus modos de ser, pensar e agir, sua relação com a natureza, com a família e com os amigos, os diferentes modos de lidar com o tempo, a língua materna, os sentidos da tradição e das relações de parentesco. Tudo isso precisa ser levado em conta no dia a dia universitário para que de fato se consiga garantir o êxito de uma política afirmativa para indígenas.

A Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, desde sua implantação, em 2010, tem buscado contribuir com o debate sobre o ingresso e a permanência de indígenas na educação superior. Em 2015, implementou o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas - PIN, que tem como objetivo promover os valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política



de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação, visando também o estímulo à cultura, ao ensino, a pesquisa, a extensão e a permanência na Universidade (UFFS, Resolução Nº 33/2013 – CONSUNI).

O Programa estabelece que o ingresso de indígenas nos cursos de graduação pode ocorrer de três formas: I - via Enem/SiSU, processo no qual são ofertadas vagas nos grupos que se autodeclararam PPI e no grupo A2, em que é feita a reserva de uma vaga por curso para estudantes indígenas; II - mediante Processo Seletivo Exclusivo Indígena, no qual são ofertadas duas vagas suplementares por curso, exceto aqueles que a universidade não tem autonomia para ofertar vagas suplementares e III - mediante Processo Seletivo Especial, para atender demandas específicas. (UFFS, Resolução Nº 33/2013 – CONSUNI). Em relação ao ingresso, é importante informar que, anualmente, são ofertadas em torno de 45 vagas no ENEM/SiSU e, no processo seletivo exclusivo, são ofertadas em torno de 82 vagas.

Nesses cinco anos, ingressaram via ENEM/SISU 64 indígenas. Considerando o número de vagas disponibilizadas nesse período (em torno de 225), observa-se que o número de matrículas resultante é pouco expressivo. Menos de 30% das vagas ofertadas foram ocupadas, o que se deve, em parte, ao fato de a referida política de ingresso ainda não ser muito propagada entre os estudantes indígenas e também tem relação com a participação e desempenho deles no ENEM. Dos 64 ingressantes, 45 estão com matrícula ativa e os outros 19 abandonaram o curso ainda no primeiro ano de ingresso.

Em relação ao número de ingressantes pelo Processo Seletivo Exclusivo, foram 282 indígenas que realizaram matrícula nesse período. Destes, 146 abandonaram a universidade no primeiro ou segundo semestre do curso e 136 permanecem com matrícula ativa. Analisando os históricos escolares do grupo com matrícula ativa, é possível observar que a maioria das reprovações ocorrem em decorrência de faltas, e as que ocorrem por nota, são em sua maioria nos CCR's específicos do curso.

No momento do levantamento dos dados, pode-se observar que cerca de 48% dos estudantes indígenas ingressantes permanecem na universidade, mas ainda nenhum deles conseguiu concluir o curso, ou seja, passados cinco anos (dez semestres) de implementação do programa, ainda não há nenhum indígena ingressante pelo PIN que tenha concluído seu curso. Considerando esse contexto, pode-se afirmar que o grande desafio está na permanência desses estudantes na universidade e no seu desempenho acadêmico.

Para o ingresso na pós-graduação, o programa prevê a reserva de duas vagas em cada um dos cursos *lato sensu e stricto sensu* ofertados pela UFFS, para candidatos autodeclarados indígenas, classificados no processo seletivo. Prevê também que não havendo candidatos indígenas para ocuparem essas vagas, elas serão preenchidas pelos



demais candidatos, na ordem de sua classificação (UFFS, Resolução Nº 33/2013 – CONSUNI). Aqui é importante destacar que o ingresso de indígenas nos cursos de pós-graduação ainda é tímido. Nos cinco anos de vigência do PIN, foram oito indígenas ingressantes, sendo que deste total, dois concluíram o curso de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável ofertado no *Campus* Laranjeiras do Sul; um deles concluiu o Mestrado em Educação ofertado no *Campus* Chapecó; três desistiram dos cursos e, atualmente, são dois com matrícula ativa, sendo que um está frequentando o Mestrado Profissional em Educação no *Campus* Erechim e um está cursando o Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, no *Campus* Laranjeiras do Sul. Tem-se observado que, mesmo na pós-graduação, os estudantes indígenas necessitam de um acompanhamento diferenciado para permanecerem no curso.

Também é importante mencionar que o PIN prevê uma série de ações para garantir a permanência dos estudantes indígenas da graduação e da pós-graduação na universidade. Dentre elas, pode-se citar: apoio acadêmico (monitoria, tutoria e acompanhamento psico-sociopedagógico); promoção da educação das relações étnico-raciais a estudantes, docentes e técnico-administrativos nos diferentes âmbitos da vida universitária, por meio de cursos de formação; apoio financeiro por meio da oferta de bolsas e auxílios; disponibilização de espaço físico de referência permanente, apropriado à orientação, acompanhamento, desenvolvimento de atividades pedagógicas e socialização dos estudantes indígenas e oferta de componentes curriculares destinados exclusivamente para os estudantes indígenas, principalmente nos dois semestres iniciais, conforme demanda de cada *campus* (UFFS, Resolução Nº 33/2013 – CONSUNI).

O desafio de implementar o PIN na UFFS tem trazido para o debate professores, técnicos, pesquisadores, estudantes e lideranças indígenas, com o intuito de pensar o processo de execução do programa, fazer proposições e realizar avaliações sistemáticas dos processos que envolvem o ingresso, a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes indígenas na universidade. As discussões realizadas são valiosas pois buscam analisar com muita sinceridade as dificuldades vivenciadas, tanto pelos estudantes quanto pela instituição, e os resultados alcançados com essa iniciativa.

A inserção dos indígenas no ensino superior se configura como um processo gradativo, que implica uma mudança cultural, inclusive nas relações interpessoais, demandando uma série de ações direcionadas a esse objetivo. Para que ocorra a efetiva inclusão desses estudantes, é necessário propiciar e manter as políticas de equidade, bem como sensibilizar os profissionais envolvidos, como também os demais estudantes, de que a educação é um direito e que todos podem contribuir na sua efetivação.



Diante disso, esse texto tem como intenção apresentar o perfil dos estudantes indígenas que estão matriculados e frequentando os cursos de graduação na UFFS e as suas percepções a respeito dos processos seletivos de ingresso, da inserção na universidade, das ações de permanência, do seu desempenho acadêmico, além das sugestões que eles propõem para qualificar o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS. Para a produção do texto, utilizou-se como material de análise as respostas dadas pelos estudantes indígenas no questionário aplicado a eles para a construção do segundo relatório de avaliação do PIN e os dados existentes no Sistema de Gestão Acadêmica – SGA da UFFS.

As autoras são servidoras técnicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e se propuseram a escrever o texto utilizando-se de fundamentos teóricos de estudos que se ocupam da questão indígena, especialmente pesquisas relacionadas às políticas de inclusão desse público no ensino superior, bem como tomando por base suas experiências nas atividades que ambas exercem na Instituição e que estão diretamente relacionadas à implementação do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS, recepção e acompanhamento desses estudantes na UFFS.

Esta introdução intenciona contextualizar o tema, apresentar o PIN e os objetivos do artigo. No item seguinte, apresenta-se o perfil dos estudantes indígenas da UFFS abordando aspectos como origem, idade, forma de ingresso na universidade e cursos que frequentam. A terceira parte, relata sobre as expectativas e desafios vivenciados pelos estudantes em relação ao ingresso e a permanência na universidade e fatores que influenciam no desempenho acadêmico, possibilitando também, a construção de entendimentos e ponderações sobre o debate proposto pela temática, a partir dos resultados obtidos com a experiência da UFFS. Na sequência, expõe-se algumas considerações finais do texto. Nesse momento, sintetiza-se os entendimentos sobre as políticas de inclusão que objetivam promover o acesso e a permanência dos estudantes indígenas na educação superior, a partir da proposta do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS. A estrutura do trabalho completa-se com as referências. Destaca-se que os itens que estruturam o trabalho buscam dialogar entre si e em torno da temática abordada visando atingir os objetivos propostos no artigo.

Perfil dos estudantes indígenas da UFFS

O objetivo deste item é apresentar o perfil dos estudantes indígenas da UFFS, o qual foi traçado a partir dos dados fornecidos pelo Sistema de Gestão Acadêmica – SGA e das



respostas dadas pelos estudantes indígenas no questionário aplicado a eles. Em agosto de 2020, quando se iniciou a elaboração deste texto, eram 200 estudantes indígenas ingressantes pelo PIN com matrícula ativa, distribuídos nos seis *campi* da instituição.

Em relação à faixa etária, são 149 estudantes com idades entre 18 e 30 anos; 42 com idades entre 31 e 40 anos; sete com idades entre 41 e 50 anos; e dois com mais de 50 anos, ou seja, em torno de 95% dos estudantes tem menos de 40 anos de idade. Isso demonstra que eles estão frequentando a educação básica, concluindo o Ensino Médio e buscando se inserir na educação superior. A crescente busca por escolarização reflete o processo de interação com o mundo global e a vontade de melhorar as condições de vida individual, familiar e da comunidade onde residem, posto que a produção econômica nas terras indígenas não gera o excedente necessário para que eles tenham satisfeitas as suas necessidades básicas de sobrevivência. Além disso, faltam condições de acesso a serviços básicos como saúde, moradia, transporte, saneamento básico, energia elétrica, etc. De acordo com Pereira; Amaral; Bilar (2020, p. 3), existem povos indígenas que “vivem em situação de extrema penúria, sem recursos para geração de renda suficiente que lhes dê condições de vida digna, além da falta de acesso a políticas sociais públicas efetivamente voltadas às suas necessidades, especificidades e realidades”.

Diante disso, cada vez mais os jovens indígenas têm se interessado pela educação superior, criando uma nova demanda por vagas e atendimento diferenciado nas universidades. Eles iniciam seus cursos de graduação com o objetivo de se dedicarem por alguns anos a adquirir uma profissão e novos conhecimentos que possam alavancar seu futuro e o daqueles que estão ao seu redor. Tem-se, assim, novos sujeitos acessando a educação superior e fazendo parte do contexto acadêmico, “surgindo com esse coletivo uma nova categoria identitária denominada estudantes indígenas universitários” (AMARAL, 2010, p. 23).

Para Bergamaschi e Medeiros (2010), é fundamental compreender por que os indígenas vêm buscando a educação escolar em todos os níveis. As autoras destacam que:

Diferente de outros momentos históricos, nos quais alguns grupos indígenas buscaram isolar-se como forma de resistência, hoje a maioria deles mostra-se e atua num movimento de reafirmação das identidades e num processo intenso de diálogo com a sociedade nacional. Dominar seus códigos se tornou imprescindível para a manutenção dos povos indígenas e, por isso, a educação passou a ser vista como uma estratégia de afirmação étnica. Ela possibilita o contato com conhecimentos e saberes do mundo não indígena, tornando-o mais compreensível, e permite que, de posse desses novos instrumentais, os povos indígenas possam lutar por seus direitos de forma mais simétrica, apreendendo o sistema de vida ocidental, mas mantendo e afirmando seus modos próprios de educação. Pode-se compreender esse momento inserido num movimento mais amplo de organização dos povos originários de toda a América, em que o reconhecimento dos seus direitos deve-se também à educação escolar. (BERGAMASCHI; MEDEIROS, p. 60).



Entretanto, essa inserção na universidade não ocorre de uma forma tranquila. Eles compreendem que essa inclusão é necessária para poder conhecer a sociedade e se relacionar com ela, porém suas críticas à universidade explicitam que ela não conhece a cultura e o modo de vida dos indígenas e nem tem se proposto a incorporar aspectos da cultura indígena em seu ambiente.

Também é possível identificar que esses estudantes tem precárias condições socioeconômicas, geralmente residem longe da universidade e não tem condições de dedicar todo o seu tempo para os estudos universitários nem para sua socialização no ambiente acadêmico. São jovens que não estão familiarizados com a cidade, residem e trabalham na zona rural, que são tímidos em sua autonomia e ainda precisam desenvolver a autoconfiança, a autovalorização e se fortalecerem como estudantes universitários. Contudo, eles têm uma forte convicção de que a formação universitária vai contribuir para que eles ajudem suas comunidades, e a sua carreira vai lhes dar conhecimentos que ajudarão a resolver os problemas da comunidade e também melhorar suas condições econômicas, além de se tornarem pessoas melhores.

Um fato a ser destacado é a expressiva presença feminina indígena na UFFS. Do total de estudantes, 57% são mulheres. Marca bastante relevante se considerado o contexto social e cultural dessa população e o histórico de exclusão em espaços como as universidades.

Sobre a origem desses estudantes, ou seja, a Terra Indígena (TI) ou município em que eles pertencem/são provenientes, é possível constatar que a maioria pertence as TI dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que ficam na região de abrangência da universidade. Contudo, essas comunidades estão localizadas distantes dos *campi* da UFFS onde eles estudam. Essas distâncias variam de 30km até 200km e, muitos deles fazem esse trajeto diariamente, pois não conseguem morar na cidade em função da limitação financeira. Além disso, há estudantes que vieram dos estados do Ceará, do Mato Grosso do Sul, da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba e do Amazonas, localizados a até 3.500km de distância. Essas diferentes origens também favorecem para que a comunidade indígena da UFFS seja diversa. Temos estudantes de diferentes povos indígenas. Em torno de 90% são Kaingang, mas tem também Guarani, Baré, Tapeba, Guajajara-Tenetehára, Pankará, Potiguara, Terena e Xukuru de Cimbres.

Em relação ao ingresso na universidade, em torno de 30% ingressaram via ENEM e 70% via Processo Seletivo Exclusivo Indígena. Informações que demonstram a importância do processo seletivo exclusivo para atender a demanda da população indígena da região de abrangência da UFFS. Pode-se afirmar também que esse processo vem se consolidando de uma maneira rápida e significativa.



Esses estudantes estão matriculados em 20 diferentes cursos de graduação: Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Enfermagem, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia de Alimentos, Filosofia, Geografia, História, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da natureza, Letras: Português e Espanhol, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Pedagogia. De acordo com os estudantes, as escolhas pelos cursos seguem motivações diferenciadas, tais como: vontade de assumir as vagas de professor existentes nas Terras Indígenas, onde é crescente, nos últimos anos, a implementação do Ensino Fundamental e também do Ensino Médio; trabalhar na área da saúde para contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos indígenas e não indígenas; para melhorar as condições de produção, ambientais, de saneamento e organização da TI; para contribuir com a gestão da comunidade; pela oferta de vagas no mercado de trabalho; porque o curso agrada ou é do seu interesse desde criança.

No que se refere ao número de semestres que estão na universidade, observa-se que há um significativo número de estudantes frequentando o primeiro semestre (26%); a maioria está frequentando as fases intermediárias dos cursos, entre o terceiro e o sexto semestre (71%) e poucos estão nas fases finais dos cursos (3%). Aqui é importante ressaltar, que as informações que estão sendo apresentadas no item seguinte, com certeza, contribuem para compreender esse cenário.

O já destacado perfil jovem dos estudantes indígenas da UFFS traz consigo as aspirações desta geração, as expectativas em relação ao seu futuro e ao preparo para desenvolver funções e ocupar espaços, bem como os desafios que precisam ser superados. Na sequência são apresentadas as percepções e proposições dos sujeitos desta política acerca do cotidiano na educação superior.

Expectativas e desafios

Compreender a presença indígena na universidade a partir da escuta deles, tomar conhecimento e entender como eles vivenciam esse momento na universidade, nos cursos, identificar quais os desafios que enfrentam e quais mudanças ocorrem no espaço universitário com a presença deles, é fundamental para ofertar uma educação/formação que respeite os processos próprios, tempos e ritmos de aprendizagem e possibilite o acesso aos conhecimentos. Essa escuta também é importante para “cuidar” da trajetória acadêmica desses estudantes. A partir dessas informações, a universidade pode avaliar as ações que foram feitas para acolher os indígenas no espaço universitário e o que ainda falta e é possível



viabilizar.

Os depoimentos dos estudantes revelam as dificuldades e as facilidades/ações positivas encontradas na universidade. São inúmeras as dificuldades identificadas nos seus depoimentos, as quais vão desde o processo seletivo para ingresso até o dia a dia e adaptação neste ambiente. Embora os depoimentos manifestem muitas queixas, também apontam as ações institucionais que contribuem para a permanência na universidade.

Quando questionados sobre a participação e o desempenho nos processos seletivos, um estudante fez a seguinte declaração em relação ao ENEM: “As principais dificuldades estão relacionadas ao ensino, pois o nosso contexto é diferente. E para concorrer a uma vaga pelo ENEM, requer muito estudo e esforço, isso não quer dizer que não tenhamos a capacidade, mas que infelizmente o Estado ainda deixa muito a desejar, sobre a melhoria na nossa educação para que seja condizente com a nossa realidade, prevalecendo a igualdade e a equidade. São muitos os desafios que enfrentamos para chegar e ser aprovado no vestibular ENEM”.

Considerando as especificidades da educação escolar indígena, especialmente o currículo ofertado que é diferenciado, Baniwa (2019) chama a atenção e esclarece que a legislação brasileira possibilita a oferta de uma educação escolar específica e diferenciada para os povos indígenas e, com isso, os processos educativos são próprios e em alguns casos muito distintos das escolas não indígenas. Diante desse contexto, o autor propõe o seguinte questionamento:

Como o indígena que estudou em uma escola específica, bilíngue, intercultural e diferenciada (currículo diferenciado) e que foi alfabetizado na sua língua materna e tem esta como primeira língua pode concorrer em pé de igualdade com outros estudantes que estudaram em escolas regulares universais? (BANIWA, 2019, p. 176).

Além disso, Baniwa (2019) também destaca que a uniformização do acesso é incoerente, pois se é reconhecido o direito específico e diferenciado dos povos originários, a seleção para o ingresso na universidade também precisa considerar essa peculiaridade, caso contrário, essa uniformização limitará e até impedirá os indígenas de acessarem a educação superior, que além de ser um direito, é interesse deles frequentar esse nível de ensino.

Assim, “colocar os índios para disputar as mesmas vagas com os não indígenas, deixa-os mais uma vez em uma situação de grande desvantagem, não por incapacidade cognitiva ou intelectual, mas por seus processos educativos distintos”. (BANIWA, 2019, p. 176). Outros estudantes destacam como dificuldades a falta de conhecimento de conteúdos, pois no ensino médio, durante muitos meses, não tiveram aulas em disciplinas como física e química devido à falta de professores para trabalhar nessas áreas do conhecimento, e a



extensão/tamanho da prova, que a torna muito cansativa.

Já em relação ao Processo Seletivo Exclusivo, os estudantes destacam como dificuldades: a falta de internet na TI, o que dificulta o acompanhamento das publicações e a realização da inscrição; a burocracia para se inscrever e para fazer a prova; um pouco de dificuldade para compreender a Língua Portuguesa e responder as questões; a concorrência, pois são disponibilizadas apenas duas vagas por curso; e a dificuldade pra chegar até a universidade, pois as terras indígenas se localizam distantes dos *campi* da UFFS, e muitas não contam com transporte que faça o trajeto comunidade – universidade.

Sobre a ocupação das vagas ofertadas nos processos seletivos, embora os candidatos compareçam para fazer as provas, sejam classificados e convocados, um número expressivo de vagas deixa de ser preenchido, mesmo após a realização de várias chamadas para matrícula. Segundo os estudantes, dentre os fatores que dificultam e até impedem a efetivação da matrícula estão: o fato de não terem acesso à internet, o que dificulta o acompanhamento das publicações dos editais e consequentemente do acesso as informações. Às vezes nem ficam sabendo que foram convocados para realizar a matrícula. A dificuldade para conseguir organizar/providenciar/obter a documentação necessária para efetivar a matrícula; a distância da terra indígena até a UFFS; dificuldades com transporte para se deslocar até o *campus* e dificuldade financeira.

Outro desafio ainda mais expressivo, tanto para o estudante quanto para a universidade, é o da permanência. Os estudantes destacam as inúmeras dificuldades que precisam enfrentar para permanecer na universidade. A primeira delas é a timidez. Para os indígenas, a primeira conversa com os colegas e professores, a vergonha de falar em público, de perguntar as dúvidas para o professor, de apresentar os trabalhos, a adaptação e relacionamento com os brancos, que faz com que muitas vezes se sintam diminuídos perante aos demais, são os primeiros obstáculos a serem superados. Considerando esse contexto, Baniwa (2019) esclarece que o fato dos indígenas não dominarem a língua portuguesa os coloca em situação de desvantagem e isso faz com que eles cheguem tímidos, perdidos e assustados nos ambientes. Tímidos porque sabem que terão muitas dificuldades para acompanhar as discussões que normalmente são complexas e utilizam uma linguagem técnica. Então, se é difícil entender o que está sendo discutido, falar e expressar ideias é muito mais complexo, o que justifica o fato de muitas vezes entrarem e saírem calados.

Angnes et al (2017), em pesquisa realizada na Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO, também identificaram que a timidez é um dos fatores que interferem na permanência dos indígenas na universidade. Segundo Angnes et al, durante as entrevistas realizadas com os estudantes indígenas da UNICENTRO, eles verbalizaram que



no ambiente acadêmico eram muito tímidos, não sabiam como ou o que conversar com os colegas de turma nem como se comportar nesse ambiente. Por outro lado, argumentaram que tal timidez não se reproduzia na comunidade indígena, ou seja, na comunidade eles conversavam, expressavam-se naturalmente, passeavam e conviviam com as pessoas de uma forma muito tranquila. Diante dessas observações, pode-se concluir que essa timidez ocorre em função da universidade ser um ambiente cultural e social muito diferente do que estão habituados a viver.

Além disso, existe a discriminação e o preconceito por parte dos colegas e alguns professores, além dos olhares do tipo “o que é que esses índios tão fazendo aqui?”. Eles destacam que os colegas percebem a sua simplicidade na forma de olhar, na maneira de falar, de se vestir, de se comportar, de comer, de andar e, com isso, os colegas fazem o grupo deles e os indígenas ficam isolados. Esse fato também é destacado no texto de Pereira; Amaral; Bilar (2020, p. 9), no qual uma estudante indígena da pós-graduação relata a sua vivência na universidade:

Quero aqui destacar que, nesse processo de vivência na universidade, tive muita dificuldade de relacionamento com muitas pessoas e isso me entristecia ainda mais, principalmente a dificuldade de interagir e conviver com os colegas de sala. Às vezes, se tornava uma angústia, havia um enorme distanciamento entre mim e as outras pessoas da turma [...]. Essa minha invisibilidade naquele espaço e a distância existente entre nós fazia parte da minha vida. Com o passar do tempo, as coisas começaram a piorar ainda mais e aquela vivência começou a ficar insuportável em todos os sentidos e foi possível sentir toda a discriminação e o preconceito daquelas pessoas. Sentia que, em diversas vezes, os preconceitos aconteciam motivados pela ignorância em não conhecer a realidade dos povos indígenas pela grande maioria daqueles estudantes e professores.

Esse sentimento de exclusão também aparece na pesquisa desenvolvida por Angnes et al (2017), na qual os estudantes indígenas relatam que eram excluídos porque não usavam roupas e calçados da moda, ou seja, o “ter” predomina sobre o “ser”. Os autores destacam que para as culturas indígenas essa relação é contraditória, pois nesses povos a relação estabelecida é o “ser” antes do “ter”. Suas relações sociais são pautadas em laços de parentesco, amizades e colaboração mútua entre vizinhos, ou seja, o que importa são os laços fraternos entre as pessoas e não a forma de vestir. Uma estudante indígena, participante da pesquisa desenvolvida por Angnes et al, relatou o seguinte:

Na universidade os colegas olham muito se você está usando calça da moda, blusa da moda. Mas quando você pergunta sobre como é sua família, muitos respondem que é uma droga que tem tudo, mas se sentem vazios. Entre a gente (os índios) existem os problemas de toda ordem: violência, homens bebendo, fome, desnutrição, miséria, descaso das autoridades públicas etc., mas a gente se ajuda, o índio não se sente vazio, ele é ajudado pelos vizinhos, por parentes índios. Então, o que você veste não faz diferença, mas sim o que você é por dentro”. (ANGNES et al, 2017, p. 26)



Além desses obstáculos, outros também são identificados, como a distância da comunidade e a dificuldade em conseguir transporte pra ir pra universidade; dificuldades financeiras para se manter na cidade, pagar aluguel, luz, água - muitos não têm ninguém que pode ajudar com as despesas; dificuldade para se adaptar na cidade e com a cultura local, pois alguns vem de estados distantes como Ceará, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Amazonas e Pará; a saudade dos familiares - o fato de estar longe, visitar pouco os familiares, morar em um apartamento, trancado, desenvolve sentimentos de solidão, angústia, ansiedade, depressão, instabilidade emocional o que acaba afetando a saúde mental e física e consequentemente a permanência na universidade e o desempenho acadêmico. Alguns precisam fazer uso de medicação.

Destacam também como empecilhos: a falta de uma equipe institucional para realizar um acompanhamento mais próximo dos estudantes ingressantes; o fato de alguns professores não entenderem as diferenças indígenas relacionada à cultura, organização, rotina de estudo; a falta de informação de onde, como “iríamos nos ajeitar”; a ausência de moradia estudantil e dificuldade para conseguir acessar os auxílios socioeconômicos, pois é complicado pra cumprir os prazos e organizar a documentação necessária. Ressaltam que “falta a universidade nos cativar” e que “o curso é inoperante”, ou seja, é hora da universidade exercitar a empatia, o diálogo, a cooperação, o respeito ao outro, o acolhimento, a valorização da diversidade, dos seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Todos os fatores citados anteriormente precisam ser enfrentados por eles, mas há outro que preocupa ainda mais o estudante indígena, pois impacta muito na permanência e no desempenho acadêmico, que é a dificuldade com a língua portuguesa e a fraca base/defasagem de conhecimentos e conteúdos do ensino médio, pois como faltavam professores para as disciplinas de física, química e biologia, praticamente não tiveram aulas dessas áreas de conhecimento. Isso os leva a terem dificuldades para compreender os conteúdos, a linguagem acadêmica, ler e interpretar os textos, pois muitas palavras são desconhecidas e compreender e realizar os cálculos matemáticos e estatísticos. Destacam ainda que a universidade é um espaço diferente, os trabalhos são difíceis, aprender a mexer no Moodle, portal do aluno, e-mail são desafios a serem enfrentados a todo momento.

Considerando essa complexidade do mundo acadêmico, Baniwa (2019) entende ser necessário as universidades criarem programas específicos de acompanhamento e tutorias que trabalhem a recepção e acolhimento desses estudantes, a adaptação ao mundo acadêmico, a nova cultura, ao modo de vida, o nivelamento de conhecimentos e a organização de uma rotina de estudos, visando a redução dos índices de evasão. Para o



autor, essas ações são

[...] a oportunidade para se resolver a transição do estudante do seu processo diferenciado de educação escolar (bilíngue, intercultural, específico) da aldeia para a escola ou universidade global. Esta ponte entre processos distintos de educação precisa ser feita de forma adequada. Não basta disponibilizar sistemas de cotas, é preciso complementá-los e reforçá-los com projetos e programas que possibilitem o apoio e acompanhamento dos acadêmicos viabilizando o sucesso em todo o processo de formação. Uma proposta viável seria disponibilizar bolsas de pesquisa que mantenham os alunos indígenas em conexão permanente com suas comunidades durante os estudos, além de ações pedagógicas que reduzam práticas de discriminação, racismo e humilhação de que eles são constantemente vítimas nas universidades. (BANIWA, 2019, p. 177)

Em relação ao desempenho acadêmico, os estudantes ressaltam que os desafios estão relacionados às dificuldades inerentes aos conhecimentos dos próprios CCR's como matemática, estatística, bioquímica e biologia; a dificuldade em se expressar em público, o que prejudica a apresentação de trabalhos, como pode-se notar na frase seguinte: “Eu acho que apresentar trabalho é muito mais difícil para mim, quando chega a hora de apresentar o trabalho lá na frente, muitas vezes eu deixo de falar muitas coisas porque eu travo quando vejo os colegas me olhando.”; alguns sentem vergonha, e por muitas vezes ficam sem perguntar/esclarecer as dúvidas porque percebem que os colegas compreenderam a explicação do professor; em função da timidez, quando tem atividades em grupo, se o professor não fizer sorteio ficam sem grupo e muitas vezes tendo que fazer a atividade de forma individual; outros destacam que mesmo depois de um, dois, três ou quatro anos na universidade ainda são poucas as amizades, somente dois ou três colegas conversam com eles e oferecem ajuda.

Para outros, “cada semestre uma dificuldade diferente, mas mesmo sabendo que eu não vou conseguir naquele momento eu não desisto”; “tem componente que eu não consigo aprender, já fiz três vezes, é muita coisa, muito nome, a professora me ajuda, sempre está por perto, quer saber do meu desempenho, mas eu não consigo aprender e não é por falta de estudo”. Além das dificuldades em relação à leitura, compreensão, escrita, cálculo, interpretação, destacam as dificuldades de conciliar o estudo com o trabalho, cuidar da casa e dos filhos. Também identificam que tem professores que explicam pouco e cobram demais e outros, são arrogantes na hora de esclarecer as dúvidas.

Por outro lado, destacam que as aulas são bem ministradas; que gostam muito das aulas práticas; que a participação em projetos de extensão e nos programas como o PIBID, o PET e o de monitorias são importantes, pois contribuem em muito para a formação e são vivências que podem levar para a terra indígena. Também gostam de visitar/conhecer outras comunidades indígenas; de compartilhar/socializar os conhecimentos da cultura indígena



com os colegas durante as aulas; de quando realizam trabalhos em grupo serem bem recebidos pelos colegas e destacam que a universidade vem sendo um espaço de grande importância para a construção de um diálogo com a sociedade não indígena. Destacam que os conhecimentos adquiridos e compartilhados contribuem para entenderem a realidade não indígena e a partir disso buscar e implantar melhorias para o povo indígena.

Em relação às ações que ajudam a permanecer na universidade, destacam: as monitorias; o diálogo que ocorre nas disciplinas; a interação, a convivência e o respeito entre todos; o relacionamento com os professores; gostam quando os professores fazem uma aula diferenciada, mais dinâmica e fogem um pouco da aula tradicional, pois conseguem aprender mais; o incentivo de alguns professores e colegas; os auxílios financeiros e a bolsa permanência; o acompanhamento pedagógico com as pedagogas, estabelecendo uma rotina de estudos, ajuda muito na permanência e no desempenho acadêmico; o apoio/incentivo da família; as informações prestadas e o acolhimento da universidade; a oportunidade que a UFFS disponibiliza por meio do processo seletivo exclusivo, “para ingressarmos e seguirmos em frente e termos um diploma”; a maneira como os professores tratam e respeitam a cultura do povo indígena e as diversidades culturais; a assistência estudantil; o acolhimento dos profissionais da instituição; a qualidade do ensino e as semanas acadêmicas quando disponibilizam espaços para apresentar a cultura indígena.

Os estudantes ressaltam também que os conteúdos ensinados na universidade ajudam a enfrentar os problemas existentes na comunidade e na vida pessoal. Tais conhecimentos contribuem para ampliar a visão, compreender as coisas, se tornar um ser melhor; que essa teoria/conhecimentos da universidade ajudam a compreender a prática que desenvolvem na comunidade; que as apostilas que os professores disponibilizam, levam pra casa e os filhos também conseguem ler e ir se apropriando de novos conhecimentos; que os conteúdos da universidade mostram maneiras diferentes de ver o mundo “e isso implica no nosso dia a dia, faz nos tornar pessoas diferentes, melhorando o nosso lado bom. E a comunidade vê isso no nosso comportamento”. A participação em eventos para apresentar trabalhos, nas palestras, seminários e semanas acadêmicas também são ressaltadas como muito importantes. Evidenciam que estar na universidade apresenta uma visão nova que poderá ser compartilhada com a comunidade/povo de origem contribuindo para melhorar a vida diária na comunidade.

Ainda sobre a permanência, os estudantes do *Campus* Chapecó ressaltam a importância da oferta das disciplinas/turmas específicas dos estudantes ingressantes pelo PIN. Nessas turmas são matriculados somente estudantes indígenas e ofertados os Componentes Curriculares - CCR's: Leitura e Produção Textual I e II; Matemática



Instrumental; Estatística Básica; Introdução à informática; História da Fronteira Sul; Introdução ao pensamento social; Direitos e cidadania e História da Fronteira Sul. A escolha dos CCR's considerou o fato deles pertencerem ao rol de disciplinas da matriz curricular dos cursos denominado domínio comum, o que possibilita aos estudantes validarem os créditos cursados para integralizar o curso e por serem componentes que contribuem para amenizar a defasagem em relação às habilidades de leitura, compreensão, interpretação, escrita e cálculos matemáticos e estatísticos. Além disso, o fato do grupo de estudantes indígenas estar junto nos primeiros semestres contribui para fortalecer a presença indígena na universidade e na adaptação do grupo com as rotinas acadêmicas. Frequentam 4 CCR's em cada semestre para terem um “turno livre” e poderem frequentar a monitoria específica/por público-alvo durante um turno na semana.

Os estudantes também fizeram sugestões visando contribuir na melhoria da qualidade do Programa. São elas: criar a casa do estudante, ajudaria muito na permanência do aluno com renda baixa e que precisa sair de sua comunidade para frequentar a universidade; ofertar acompanhamento pedagógico e psicológico, pois são oriundos de uma realidade totalmente diferente, e é difícil a adaptação, pois é preciso superar as defasagens escolar e os preconceitos sofridos diariamente; criar projetos ou grupo(s) de apoio aos estudantes indígenas para incentivar a convivência/laços e fortalecer a permanência; promover eventos como uma semana cultural só para apresentação das etnias, cultura, artesanato indígena na universidade; criar novos cursos como direito, psicologia, artes, educação física; ofertar mais espaços de convivência; incentivar que os estudantes indígenas publiquem artigos; ouvir mais os estudantes, vê-los não só como pessoas que buscam diplomas, mas como seres humanos que estão buscando realizar os seus sonhos e de toda uma família/comunidade; divulgar mais as informações sobre os direitos que os estudantes possuem, muitas vezes há vários auxílios, rede de apoio, mas acabam que não acessam tais informações; promover debates sobre a diversidade de etnias, culturas, orientação sexual, dentre outras, buscando promover a quebra de estereótipos e preconceitos; aumentar o número de vagas por curso ofertadas no Processo Seletivo Exclusivo; continuar com o PIN e os auxílios, pois são eles que garantem a realização do sonho indígena de estar na universidade e fazer uma graduação.

Observa-se que os estudantes indígenas demonstram uma satisfação muito grande em estarem na universidade, porém enfrentam muitos desafios provenientes tanto de questões culturais quanto de limitações decorrentes da sua condição econômica e social. Tais dificuldades têm limitado/dissipado/postergado os sonhos de muitos deles, os quais sucumbem à dureza do cotidiano longe das suas comunidades, desistindo de frequentar o



ensino superior.

Contudo, esses estudantes têm superado séculos de exclusão e esquecimento ao buscarem a educação superior. O despertar do interesse em prosseguir os estudos, de buscar formações específicas em profissões das mais diversas áreas demarca um sentimento novo e potente que tende a fortalecer as comunidades indígenas e melhorar a inserção social desses indivíduos.

O PIN representa um esforço institucional da UFFS para fortalecer esse grupo social e firmar-se como entidade que possui um papel diferenciado nas regiões em que está inserida, propiciando oportunidades de acesso e permanência no ensino superior desconhecidas antes de sua instalação nas suas diversas regiões de abrangência.

Considerações finais

As transformações políticas, econômicas, culturais e sociais ocorridas nas últimas décadas também atingiram a educação. No Brasil, presenciou-se, por meio de uma política nacional, a expansão da educação superior pública, a qual proporcionou acesso para uma camada da população que historicamente esteve ausente deste espaço. No entanto, democratizar a educação, implica empreender esforços para construir instituições mais abertas, plurais, diversas, incorporando classes sociais, faixa etária e culturas diversas. Com um novo cenário, surgem também novos desafios, pois tem-se atores diferentes atuando e frequentando esse espaço. Assim, as salas de aula tornam-se cada vez mais complexas e não podem mais ser pensadas isoladamente, pois são recortes da vida social e cultural da qual pertencem.

Com a extensão do ensino fundamental para toda população, a obrigatoriedade do ensino médio e a ampliação das oportunidades de ingresso na educação superior, o trabalho das instituições precisa ser revisto, pois esse processo veio acompanhado de inúmeras mudanças: a heterogeneidade dos estudantes quanto à motivação, às expectativas, à maturidade, os recursos financeiros e a preparação acadêmica. No entanto, é importante compreender a ampliação de oferta da educação superior como um caminho que proporciona maior equidade e possibilidades para as pessoas se inserirem na sociedade atual.

É importante reconhecer os avanços e conquistas obtidos com a implementação das políticas de ações afirmativas que possibilitam o acesso e a permanência de indígenas na educação superior. Esse fato marca um novo momento, tanto na história dos povos indígenas quanto da universidade. No entanto, também é possível perceber que as universidades ainda têm um longo caminho a percorrer para, de fato, garantir a permanência e o sucesso



acadêmico desses estudantes.

A partir dos estudos de Bergamaschi e Medeiros (2010), Amaral (2016), Angnes et al (2017), Baniwa (2019), Pereira; Amaral; Bilar (2020), dentre outros, é possível identificar o desconhecimento da cultura indígena, do seu modo de vida e de compreender o mundo, gerando muitas attitude preconceituosas sobre essa população. Além disso, é necessário discutir a cultura institucional universitária, o currículo dos cursos de graduação, a avaliação e os tempos de aprendizagem, pois esses fatores podem se apresentar como facilitadores ou como possíveis barreiras para o acesso e a permanência dos estudantes indígenas nos cursos de graduação. Apesar de toda a expectativa existente, é possível perceber que para os indígenas chegar e permanecer na universidade, precisam percorrer um longo caminho, que é desafiador, marcado por preconceitos, isolamento, saudades, estresse psicológico, angústias, sofrimentos, e que precisa ser superado, diariamente, com muito esforço e dedicação. Para concluir a graduação, precisam enfrentar um processo complexo que envolve diversos aspectos sociais, culturais, emocionais e individuais.

Para que as políticas ou programas destinados ao ingresso de indígenas na educação superior tenham êxito, é imprescindível que as instituições se questionem e busquem saber sobre o que os povos indígenas esperam da universidade e das políticas públicas educacionais. Sem ouvi-los será difícil contemplar suas expectativas e anseios. É fundamental que os universitários indígenas contribuam com a implementação dessas políticas e programas para que, de fato, se possa garantir o acesso na universidade, mas também a aprendizagem e o sucesso acadêmico.

Em relação a experiência da UFFS, os relatos dos estudantes nos permitem avaliar que tem pontos positivos, mas também nos provocam a refletir e tomar decisões sobre o que ainda falta fazer. O PIN apresenta fragilidades que se iniciam no processo de matrícula/preenchimento das vagas ofertadas e que se estendem para as ações de permanência e desempenho acadêmico, que resultam na evasão desses estudantes dos cursos. Contudo, é importante destacar a importância dessa política para garantir uma maior presença de indígenas na UFFS. Hoje, considerando os indígenas que ingressam pelo PIN e os indígenas matriculados nos cursos de Educação do Campo – Licenciatura que tem processos seletivos próprios, são mais de 300 estudantes frequentando os seis *campi* da UFFS. Também é possível perceber que é fundamental que os próprios estudantes se engajem, participem e sugiram as mudanças que devem ser implementadas na universidade. Eles precisam ser escutados e ter representantes nos espaços de tomadas de decisões. Também é essencial que os docentes e os técnicos da instituição adquiram conhecimentos sobre os povos indígenas, para poder compreendê-los, ultrapassar os preconceitos que ainda



existem sobre eles e realizar um trabalho concreto de implementação da política institucional.

As práticas culturais dos indígenas como o sentido da vida em família, o modo de lidar com o tempo, a língua materna, o valor da palavra, a tradição das relações de parentesco, são particularidades que caracterizam a cultura e que são desafios para o acolhimento deles nas instituições. É claro que ofertar ações que promovam o acesso às universidades, mesmo que extremamente importantes, não são suficientes para os indígenas. Essa presença indígena na universidade traz problemas epistemológicos e conceituais de outra natureza e que desafiam tanto os indígenas quanto os não indígenas a pensar alternativas para se promover a equidade de oportunidades. É possível afirmar que a implementação dessa política é algo complexo para a instituição.

Pode-se observar que é muito importante registrar os resultados das ações implementadas para pensar e planejar em outros futuros possíveis, pois investir em ações afirmativas para os povos indígenas é promover ações para combater a histórica exclusão de desigualdades social, econômica e política vivenciada por eles. Assim, o acesso democrático deve levar em consideração alguns aspectos específicos das suas realidades socioculturais e políticas, e, sobretudo, dos seus processos próprios de educação, que são amparados pela legislação nacional.

Referências

AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: Sujeitos e pertencimentos**. (Tese, Doutorado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

AMARAL, Wagner Roberto do. Indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos, trajetórias e pertencimentos. In AMARAL, Wagner Roberto do; FRAGA, Letícia; RODRIGUES, Isabel Cristina e LÁZAR, André (Org.) **Coleção estudos afirmativos, 8: universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016, p. 105 – 120.

ANGNES, Juliane Sachser; FREITAS, Maria de F. Q. de; KLOZOVSKI, Marcel L.; COSTA, Zoraide da F.; ROCHA, Carla M. (2017). **A Permanência e a Conclusão no Ensino Superior: O que Dizem os Índios da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná [UNICENTRO] – Brasil**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 25(6).
<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.25.2426>

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BERGAMASCHI, Maria A.; MEDERIROS, Juliana S. **História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p. 55-75 – 2010.



INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior**. 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PEREIRA, G. F. de S. F.; AMARAL, W. R. do; BILAR, J. A. B. (2020). **A experiência de estar na universidade sob a ótica de uma indígena estudante da pós-graduação**. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 28(158). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4791>.

Universidade Federal da Fronteira Sul. Conselho Universitário. **RESOLUÇÃO Nº 33/2013 – CONSUNI**. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó-SC, 12 de dezembro de 2013.

Universidade Federal da Fronteira Sul. **Processo 23205.010901/2020-61** – Segundo relatório de avaliação do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS. Chapecó-SC, 15 de setembro de 2020.

Recebido em: 23/10/2020
Aceito em: 25/05/2021